

ENTRE BRINCADEIRAS E HISTÓRIAS: A AUTOPROTEÇÃO COMO DIREITO NO DESENVOLVIMENTO DAS INFÂNCIAS

Joelma Souza Santos¹
Taislane Ferreira de Sousa²

Resumo

Este trabalho apresenta reflexões desenvolvidas a partir do estágio na Educação Infantil, do curso de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Departamento de Educação, Campus I; com foco na Autoproteção como dimensão do desenvolvimento integral das crianças. A experiência foi realizada por meio da proposta “Meu Corpo, Meu Tesouro”, utilizando literatura infantil e dinâmicas lúdicas para abordar o cuidado com o corpo e o reconhecimento de limites. Fundamentado na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o estudo compreende a Educação Infantil como espaço de garantia de direitos, formação ética e fortalecimento das infâncias. A contação de histórias e o brincar foram utilizados como estratégias pedagógicas para promover a Autoproteção de forma adequada à faixa etária, respeitando as especificidades do desenvolvimento infantil.

Palavras-chave: educação infantil; autoproteção; contação de histórias; desenvolvimento integral.

Introdução

A infância é território de descobertas, mas também de vulnerabilidades. Entre risos, brincadeiras e narrativas imaginárias, constroem-se aprendizagens que atravessam o corpo, os afetos e as relações. É nesse entrelaçamento entre fantasia e realidade que a escola se constitui como espaço de cuidado, formação e garantia de direitos. Nas unidades de Educação Infantil, o desenvolvimento das infâncias não se restringe aos aspectos cognitivos, mas envolve dimensões emocionais, sociais e corporais.

Nesse contexto, a Autoproteção emerge não como conteúdo isolado, mas como parte integrante do direito da criança de compreender seu corpo, reconhecer limites e identificar situações que ultrapassem sua segurança física e emocional. A compreensão do desenvolvimento integral encontra respaldo na teoria de Wallon (2001), que defende a indissociabilidade entre afetividade, motricidade e inteligência no processo de desenvolvimento infantil.

Para o autor, o corpo constitui a primeira forma de relação da criança com o mundo, sendo a emoção elemento estruturante da constituição psíquica. Assim, as experiências vividas na Educação Infantil, mediadas pelo brincar e pela interação, contribuem para a formação da

¹ Graduanda em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia. E-mail: el.ma.js11@gmail.com.

² Graduanda em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia. E-mail: taislaneferreira007@gmail.com.

identidade e da autonomia. Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a criança é sujeito de direitos. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) orienta que a Educação Infantil deve assegurar experiências que promovam cuidado, participação e respeito às singularidades. Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) reafirma o desenvolvimento integral como finalidade dessa etapa.

No entanto, conforme evidencia Miranda (2024), práticas docentes de silenciamento em torno de gênero e sexualidade ainda atravessam o cotidiano escolar, reforçando invisibilizações. Em contraponto, Moreira (2015) defende o lúdico como estratégia educativa legítima para abordar a sexualidade infantil de maneira adequada à infância, possibilitando diálogo, escuta e construção de sentidos.

Dessa forma, integrar a Autoproteção às práticas pedagógicas não representa antecipação indevida de conteúdos, mas alinhamento com fundamentos legais, teóricos e éticos que sustentam a Educação Infantil como espaço de desenvolvimento integral e garantia de direitos.

Relato de experiência: Estágio e LABRICH

A experiência ocorreu na Creche Comunitária Nossa Senhora da Conceição, em Salvador/BA, com crianças entre dois e três anos, no contexto do estágio supervisionado. A intervenção integrou contação de histórias, rodas de conversa e atividades lúdicas, articulando cuidado, escuta e mediação pedagógica adequada à faixa etária.

Sob a orientação da doutora e professora Rosemary Lapa, a Liga Acadêmica do Brincar e Contar Histórias (LABRICH), vinculada à Universidade do Estado da Bahia (UNEB), que atua em eixos como: Educação Antirracista, Ambiental, Inclusiva e Educação Sexual Infantil; contribuiu com fundamentação teórica e metodológica, consolidando a proposta como prática social comprometida com a garantia de direitos. A experiência formativa na Liga fortaleceu a articulação entre estudo, reflexão e intervenção pedagógica, configurando-se como espaço de práxis. Conforme afirma Pimenta (1999), a práxis docente se constitui na unidade entre teoria e prática, mediada pela reflexão crítica que transforma a ação pedagógica em ação consciente e socialmente comprometida.

Observou-se que, ao longo das atividades, as crianças passaram a nomear partes do corpo com maior segurança e a expressar incômodo diante de situações hipotéticas de invasão de limites. Expressões como “aqui não” e “não pode”, emergiram espontaneamente, indicando apropriação simbólica das discussões propostas. A vivência dialoga, ainda, com a trajetória da

autora, que, na infância, foi vítima de violência sexual em contexto marcado pelo silêncio familiar e escolar. Essa experiência, ressignificada na formação docente, transforma-se em compromisso ético: contribuir para que outras crianças tenham acesso à informação, ao cuidado e à Autoproteção por meio de práticas pedagógicas fundamentadas e sensíveis. Além desses registros observacionais, verificou-se que a participação das crianças nas atividades extrapolava o plano da linguagem verbal. Gestos, expressões faciais e interações com os pares também indicavam a internalização gradual dos conceitos de cuidado e limites trabalhados nas propostas. Pequenos movimentos de afastamento, mudanças na postura corporal ou demonstrações de hesitação diante de situações simuladas revelavam que, mesmo em contextos lúdicos, as crianças começavam a diferenciar experiências que lhes causavam conforto daquelas que geravam desconforto, evidenciando a construção progressiva de autonomia corporal.

A mediação pedagógica adotada priorizou o respeito aos ritmos individuais e às singularidades do grupo, evitando induções e valorizando as manifestações espontâneas das crianças. Tal postura dialoga com a compreensão de que a práxis docente não se restringe à aplicação de conteúdos, mas envolve sensibilidade ética, escuta qualificada e intencionalidade formativa (FREIRE, 1996; GARRIDO PIMENTA, 1999). Nesse sentido, a Autoproteção foi trabalhada como experiência relacional e afetiva, e não como mera transmissão de informações.

Observou-se, ainda, que durante as dinâmicas com bonecos e nas rodas de conversa subsequentes, algumas crianças retomavam termos e gestos discutidos anteriormente, sinalizando que os aprendizados estavam sendo ressignificados no cotidiano da instituição. Essa recorrência demonstra que a aprendizagem ocorre de forma processual, articulando dimensões afetivas, sociais e cognitivas, conforme apontam as teorias do desenvolvimento infantil.

A experiência evidenciou que práticas fundamentadas na ludicidade e na escuta ativa favorecem a construção de vínculos de confiança entre educadores e crianças, elemento essencial para o fortalecimento da Autoproteção enquanto direito. Assim, a proposta não se configurou como intervenção pontual, mas como movimento contínuo de integração entre teoria e prática, reafirmando a Educação Infantil como espaço de formação ética, cuidado e promoção do desenvolvimento integral.

Silenciamento infantil e contação de histórias como mediação pedagógica

Pensar educação com as infâncias implica reconhecer pluralidade de experiências. No entanto, temas relacionados ao corpo e à sexualidade foram historicamente silenciados. O silêncio institucional não protege, pois, ao contrário: fragiliza. Ao observar crianças tão

pequenas e vulneráveis, surge a indagação: como alguém é capaz de invadir tamanho espaço? Abusar da confiança que uma criança deposita nos adultos? Causar traumas àqueles que nunca deveriam ter perdido a inocência? Trata-se da ruptura de um limite que jamais deveria ser ultrapassado.

Miranda (2024) aponta que o silenciamento docente atua como mecanismo de manutenção de desigualdades. Moreira (2015) reforça que o brincar é campo legítimo para construção de significados sobre o corpo e as relações. Ignorar essa dimensão é desconsiderar a própria lógica do desenvolvimento infantil. A contação de histórias, por sua vez, constitui elo entre fantasia e realidade. A criança compreende o mundo por metáforas, símbolos e personagens que organizam experiências ainda difíceis de nomear. Nesse sentido, a narrativa torna-se instrumento pedagógico potente para abordar temas sensíveis de maneira ética e adequada à faixa etária.

Na experiência desenvolvida, foi utilizada a obra *Pipo e Fifi para Bebês*, de Carolina Arcari, ilustrada por Isabela Santos e adaptada para crianças abaixo de três anos escolhida por tratar do cuidado com o corpo e da noção de partes íntimas de forma simples, respeitosa e acessível às crianças pequenas. A história apresenta personagens que auxiliam na diferenciação entre toques de cuidado e toques inadequados, favorecendo a compreensão da Autoproteção como direito, priorizando o respeito às falas espontâneas.

A abordagem da Autoproteção não se limita somente a partir do risco, mas se estende ao autocuidado, autoestima e valorização do próprio corpo e suas diferenças, fortalecendo a compreensão da criança como sujeito de direitos e protagonista do seu bem estar. Além da contação dialogada, foi realizada uma dinâmica corporal com bonecos, as crianças eram convidadas a identificar, por meio da linguagem lúdica, como o semáforo do toque e quais situações representavam cuidado e quais exigiam buscar ajuda de um adulto de confiança. A atividade foi conduzida com escuta sensível, sem exposição individual, priorizando o respeito às falas espontâneas.

Conforme defendem Santos e Silva (2022), a contação de histórias, quando articulada à mediação intencional e à formação docente, pode contribuir para a prevenção da violência infantil. Nesse contexto, a narrativa não se restringiu à leitura do livro, mas constituiu-se como espaço de diálogo, construção de sentidos e fortalecimento da Autoproteção enquanto direito da infância.

Educação Infantil como espaço de Autoproteção

Promover Autoproteção na Educação Infantil não significa erotizar a infância, mas assegurar o direito à informação adequada à faixa etária. A associação entre educação para o cuidado com o corpo e erotização decorre, em grande parte, de tabus históricos em torno da sexualidade infantil, frequentemente reforçados por práticas de silenciamento no contexto escolar. Miranda (2024) analisa como o silenciamento acerca de gênero e sexualidade na Educação Infantil revela uma postura institucional que evita o enfrentamento de temas contribuir para a manutenção de vulnerabilidades.

Ao sustentar o silêncio, reforça-se a ideia de que falar sobre corpo e limites seria inadequado, dificultando ações preventivas diante da violência sexual infantil. Perspectivas hegemônicas e fundamentalistas também alimentam o entendimento de que o debate sobre Autoproteção representaria uma ameaça à inocência infantil, a priori pela nomenclatura utilizada, o uso retórico e político de termos como, “educação sexual e gênero, para criar desinformação, chamado “terror psicológico”, são utilizados como rótulos de ideologia de gênero, para criar medo e restringir informações científicas sobre o desenvolvimento infantil e suas especificidades, comprometendo políticas públicas e dificultando a atuação dos profissionais da educação na prevenção da violência sexual.

Esse cenário amplia o desafio docente, exigindo formação crítica e respaldo pedagógico para abordar o tema de forma ética e responsável. Como afirma Freire (1996), educar é um ato político. Inserir a Autoproteção no cotidiano escolar constitui, portanto, um posicionamento ético em defesa do desenvolvimento integral e da garantia de direitos das crianças.

Registros da prática



Figura 1 Contação de Histórias
Fonte: Arquivo Pessoal 2025



Figura 2 Dinâmica do Toque
Fonte: Arquivo Pessoal 2025



Figura 3 Autocuidado
Fonte: Arquivo Pessoal 2025



Figura 4 Pipo ensinando
Autocuidado
Fonte: Arquivo Pessoal 2025



Figura 5 Pipo e Fifi, ensinando
as partes do corpo
Fonte: Arquivo Pessoal 2025



Figura 6 LABRICH
Fonte: Arquivo Pessoal 2025

Considerações finais

Entre brincadeiras e histórias constroem-se direitos. A Autoproteção, integrada às práticas pedagógicas, fortalece o desenvolvimento integral e contribui para tensionar silenciamentos históricos que ainda atravessam a Educação Infantil. A experiência demonstrou que é possível abordar temas sensíveis com ética, ludicidade e fundamentação teórica, reafirmando a escola como espaço de cuidado e garantia de direitos.

Embora não seja possível quantificar os impactos da intervenção, observou-se que o envolvimento das crianças nas atividades favoreceu a percepção do próprio corpo como território de cuidado e respeito. A proposta de regência intitulada “Meu corpo, meu tesouro” dialogou com práticas já consolidadas na Educação Infantil, como o reconhecimento da identidade, da autonomia e da expressão corporal, contribuindo para o fortalecimento da autoconfiança e da capacidade de buscar ajuda quando necessário.

Mais do que resultados mensuráveis, a experiência evidenciou a importância de criar espaços pedagógicos seguros, nos quais o brincar e a narrativa possam sustentar aprendizagens relacionadas à Autoproteção de maneira contínua e integrada ao cotidiano escolar. Como desdobramento da experiência, a Liga Acadêmica do Brincar e Contar Histórias (LABRICH), articula a realização de um evento no mês de maio, período nacionalmente mobilizado para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

A proposta inclui palestras, dinâmicas formativas e a elaboração de uma cartilha voltada a professores, gestores e comunidade escolar. Mais do que restringir-se a uma data simbólica, a iniciativa busca utilizar o mês como janela estratégica para fortalecer ações permanentes de prevenção, reafirmando a formação docente como prática social comprometida com a proteção da infância.

Referências

ARCARI, Caroline. **Pipo e Fifi para Bebês: ensinando proteção contra violência sexual**. 1. ed. São Paulo: Independente, 2022. 24 p. Ilustrações de Isabela Santos. ISBN 9786599122392.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm ♦. Acesso em: 15 fev. 2026.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em:

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 15 fev. 2026.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MIRANDA, Amanaiara Conceição de Santana. **Gênero e sexualidade na Educação Infantil: práticas docentes de silenciamento**. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2024.

MOREIRA, Daniela Arroyo Fávero. **Compreendendo a sexualidade infantil nas relações de gênero: o lúdico como estratégia educativa**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

PIMENTA, Selma Garrido. **Formação de professores: identidade e saberes da docência**. São Paulo: Cortez, 1999.

SANTOS, Maria Fernanda; SILVA, Rosana Lopes. Contar e cuidar: a formação docente e o uso da contação de histórias na prevenção da violência infantil. **Revista Humanidades & Inovação**, v. 9, n. 27, p. 110–122, 2022.

WALLON, Henri. **Psicologia e educação da criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.